

## A historiografia francesa dos séculos XVIII e XIX: as visões iluminista e romântica da Idade Média

Terezinha Oliveira

Departamento de Fundamentos da Educação, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá-Paraná, Brazil.

**RESUMO.** O objetivo deste artigo é mostrar que a análise histórica do passado se modifica de acordo com as questões do momento em que está sendo elaborada. Tomamos como ponto de partida para este objetivo a comparação entre o modo como autores do século XVIII e do século XIX conceberam a época feudal. Ainda que opostas, essas concepções têm sua razão de ser e, por conseguinte, são válidas historicamente. Além disso, permitem uma compreensão da época em que foram elaboradas.

**Palavras-chave:** Idade Média, Iluminismo, historiografia romântica.

**ABSTRACT.** **French historiography of the 18<sup>th</sup> and 19<sup>th</sup> centuries: enlightenment and Romantic visions of the Middle Ages.** The aim of this article is to demonstrate that the historical analyses of the past changes according to contemporary issues. The different ways in which 18<sup>th</sup> century and 19<sup>th</sup> century authors viewed respectively the feudal system are taken as parameters of the present analysis. Even though presenting opposite conceptions both analyses have their *raison d'être* and are historically valid, besides allowing a better understanding of the period in which they were written.

**Key words:** Middle Ages, enlightenment, romantic historiography.

Entre os historiadores parece ser ponto pacífico a idéia de que cada época faz sua própria leitura do passado. No entanto, não existe consenso quanto às motivações que levam uma dada época a fazer sua leitura do passado. Aceita-se, menos ainda, a idéia de que, em uma mesma época, podem haver distintas leituras ou interpretações válidas do passado. Ter claras essas questões constitui um grande passo metodológico para a análise histórica. Com efeito, dado que, em cada momento histórico, interpreta-se o passado à luz de questões do presente, o historiador estará sempre trabalhando não a partir do modo como as coisas foram, mas do modo como a própria sociedade interpretou e tomou consciência das questões que estavam postas. Disso decorrem algumas conclusões. A primeira é que as diferentes interpretações do passado têm sua razão de ser. Identificar esta constitui meio caminho andado para saber o modo de utilizar a fonte com que se está trabalhando. A segunda, também importante, é que uma interpretação do passado pode lançar mais luzes sobre a sociedade que elaborou essa interpretação do que sobre a época analisada.

Nossa intenção, neste artigo, é fazer o exame de duas interpretações da Idade Média, a visão iluminista da segunda metade do século XVIII e a romântica, do início do século XIX. Ainda que opostas, ambas possuem algo em comum. Distingue-as e, ao mesmo tempo, torna-as análogas o fato de que estavam comprometidas com as lutas políticas da sua época. Sob esse aspecto, expressam uma dada posição frente ao presente e, portanto, diante do passado.

É o modo como os autores se posicionam diante das questões do presente que os leva a interpretar o passado de uma determinada forma. Por isso, a análise deve considerar essas interpretações do passado feudal como aquilo que realmente são, isto é, como expressões das lutas políticas da época em que foram elaboradas.

Disso deriva a idéia de que, se a maneira de conceber a Idade Média modificou-se, isso decorre do fato de que os próprios embates políticos também se modificaram. Novas questões foram colocadas aos homens, o que os obrigou a repensarem suas antigas formulações e a mudarem seu enfoque acerca das instituições.

Dessa maneira, é possível conceber uma mesma época de distintas maneiras sem que isso traga prejuízo para a história. O próprio modo de interpretar uma época converte-se em indício para se entender tanto o momento analisado como a época do intérprete. Assim, o modo como o século XVIII analisou a Idade Média é uma “pista” para entender não somente a própria Idade Média, mas o século XVIII. Em nosso caso, permite entender as relações entre o século XVIII e a feudalidade.

Por outro lado, se alguns autores do início do século XIX puderam considerar com certa simpatia e mesmo com paixão as relações e as instituições do período feudal, isso decorre das circunstâncias históricas do século XIX. Sem dúvida, esse modo de interpretar o passado feudal não era, e nem poderia ser, idêntico ao do iluministas, na medida em que as questões do início do século XIX eram outras.

A maneira como os homens do século XVIII conceberam as instituições de natureza feudal faz parte da luta que travavam contra elas. As classes e as instituições ligadas ao feudalismo esforçavam-se para sobreviver em meio a um grande processo de transformação. Ao procederem dessa forma, erguiam obstáculos aos avanços da sociedade capitaneados pelo Terceiro estado. Em virtude disso, as instituições do mundo feudal somente poderiam ser consideradas sob um prisma negativo pelos homens ligados às novas forças sociais. Os iluministas, teóricos do Terceiro estado, consideravam o mundo feudal com ódio. As antigas instituições eram vistas como aquilo que realmente eram: obstáculos que impediam o completo estabelecimento da nova ordem social e seu livre funcionamento.

Acrescente-se que, para os homens do século XVIII, a condenação não era coisa do passado. Suas instituições e classes sobreviviam e afetavam suas vidas. A feudalidade era um presente que incomodava, perturbava e atrapalhava.

Em contrapartida, os indivíduos do século XIX não encaravam as instituições feudais com ódio, como um inimigo que precisava ser destruído. Ao menos parcialmente, elas já tinham sido destruídas pela Revolução. Não representavam, pois, um perigo para a nova sociedade. A luta política tinha adquirido um novo caráter. Impunha-se, por isso, uma reavaliação do passado.

Entretanto, se as questões tinham se modificado, bem como o modo de encarar as relações feudais, persistiu o fato de que esta nova maneira de conceber o passado feudal também estava vinculada às questões do presente. Além disso, continuava ligada ao Terceiro estado, agora em acelerado processo de cisão. Sua essência era, pois, outra.

Desse modo, não se colocava para o século XIX a destruição das instituições do Antigo Regime, como ocorrera no século XVIII. A tarefa, então, era consolidar as conquistas do Terceiro estado alcançadas por meio da Revolução. As análises dos autores da Restauração expressam, portanto, este propósito.

Para consolidar a nova sociedade, era preciso combater os setores que dificultavam esse intento. Era necessário combater as facções que buscavam no passado feudal os argumentos para legitimar sua soberania. Necessitava-se, primeiramente, mostrar à nobreza, indo contra seus interesses, que esta não era mais a força hegemônica. Em segundo lugar, havia a necessidade de mostrar aos radicais da Revolução, opondo-se às suas pretensões de estabelecer a soberania popular, que a Revolução já havia alcançado seu objetivo. Continuá-la, tentando implantar a soberania popular, significava criar um período de desordens, prejudicial ao desenvolvimento da sociedade.

Ao retornarem às origens do Terceiro estado, os historiadores da Restauração, na sua luta para consolidar a nação fundada pela Revolução, elaboraram um novo enfoque acerca das instituições medievais. Do mesmo modo que os autores do século XVIII, também eles dedicaram-se ao estudo da Idade Média. A diferença entre eles reside na função desses estudos. Enquanto para os autores do século XVIII tratava-se de destruir todo e qualquer resquício feudal, para os do século XIX a questão era recuperar as origens da moderna sociedade, o que incluía o feudalismo, a realeza, a Igreja e a própria nobreza. Esses historiadores valeram-se do estudo da Idade Média para consolidarem a ordem burguesa.

Assim, tanto para os autores do século XVIII como para os do século XIX, a finalidade era a sociedade burguesa. Entre os primeiros, o objetivo era estabelecê-la de vez, varrendo do solo tudo do passado que obstaculizava sua existência. Entre os segundos, o estudo tinha por objetivo a consolidação da sociedade burguesa. Desse modo, se o estudo da Idade Média serviu de apoio às justificativas da nobreza e dos radicais de esquerda na luta pelo poder, também serviu aos propósitos dos historiadores do século XIX, especialmente aos pertencentes ao grupo conhecido pelo nome de Doutrinários.

Do ponto de vista desses autores, o estudo do passado era importante para se conhecer as origens de cada uma das classes que compunha a sociedade para conhecer as origens da nação. O intuito era legitimar, através da origem, as instituições do presente. Desse modo, ainda que estivessem

estudando o passado, tinham os olhos voltados para o presente.

Essa necessidade de pensar o presente levou Guizot a afirmar que a oposição não deveria ficar presa ao passado. Não deveria buscar apoio no antigo regime, no século XVIII ou no governo de Napoleão. Deveria buscá-lo na sua própria história, para se vincular ao presente.

Para os autores da Restauração, era preciso defender e consolidar os novos interesses. Entre esses estava, indubitavelmente, o livre desenvolvimento de todas as atividades sociais, fossem essas de natureza econômica ou intelectual. Em síntese, era a idéia de progresso que predominava.

Ao responder às tendências que propunham a igualdade para todos, Guizot as critica por abandonarem a idéia de liberdade. A seu ver, se todos fossem considerados iguais, então as diferenças individuais, que estavam asseguradas pela liberdade, desapareceriam. Com isso, essas tendências implantariam um sistema de governo desigual e despótico. Concluiu afirmando que [...] *é a rápida circulação das vantagens sociais que os amedronta* [...]<sup>1</sup>.

Os autores da Restauração fizeram, a partir dos mais diversos acontecimentos, a defesa da liberdade, da consolidação do governo do Terceiro estado e da conservação da civilização. Qualquer que fosse o tema, era analisado a partir desta perspectiva. Apesar das diferenças, unia-os um mesmo propósito. Em Guizot, a defesa da civilização e do estabelecimento da liberdade burguesa encontram-se formuladas de forma explícita. Também estão presentes em Thierry, ainda que, às vezes, de maneira implícita. Thierry, por exemplo, fez diversos estudos sobre as origens da nação francesa a fim de destacar a importância da civilização criada pelas lutas entre o Terceiro estado e a nobreza.

Assim, a defesa que os autores românticos fizeram do governo burguês não era apenas a defesa de uma classe. Também o era da classe que reunia as condições para conservar e desenvolver a sociedade. Sob esse aspecto, defenderam o governo burguês no século XIX. Acreditavam que era o único que reunia as melhores condições para proporcionar aos homens a civilização. Suas análises da Idade Média têm, inclusive, esta marca.

Ao terem como fundamento das suas considerações a consolidação das leis e do governo do Terceiro estado, esses autores não encararam as

instituições medievais como os autores do século XVIII. Embora comprometidos com a mesma forma social, as questões e as necessidades eram distintas.

Vejamos este debate nos próprios autores.

**Thierry.** Tanto nas *Considerations sur l'histoire de France* como no *Essai sur l'histoire de la formation et des progrès du Tiers État*<sup>2</sup>, Thierry analisou longamente a situação da França no século XIX e suas origens medievais.

Segundo ele, a Revolução de 1789 havia varrido da França todas as antigas tradições. No afã de tudo mudar, essa revolução teria produzido um *instinto de renovação* jamais visto na França (Thierry, 1833:91). Todavia, a necessidade de mudanças fez com que todas as classes da nação tivessem como parâmetro somente um *futuro desconhecido*. As classes que tinham estado em luta durante séculos não encontravam mais as bases para sua sustentação no presente porque precisavam destruir sua tradição.

O século XVIII teria encontrado na antiguidade clássica os laços que fundamentavam as classes na nova sociedade. Seu passado recente não poderia lhes dar o que buscavam, já que suas tradições tinham sempre caráter individual, caráter de classe. Nunca estavam fundadas na razão, na idéia de unidade, de nação.

Para estabelecer uma nova sociedade, o século XVIII precisou romper com tudo que pudesse lembrar as origens das classes e da nação; logo, com tudo que lembrasse o mundo feudal, especialmente o cristianismo.

Por essa razão, os pensadores do século XVIII valorizaram o mundo antigo. Pretendendo criar um mundo novo, distinto do que então existia, buscaram [...] *nas antigas repúblicas um ideal de sociedade, de instituições e de virtude social conforme ao que a razão e o entusiasmo podiam conceber de melhor, de mais simples e de mais elevado* (Thierry, 1833:91).

Os pensadores do século XVIII não concebiam, de acordo com Thierry, que qualquer lembrança do seu passado medieval pudesse servir à nova sociedade que pretendiam criar. O modelo de governo não poderia ser o da realeza absolutista, nem o estado teocrático da Igreja Cristã. Esta república "grandiosa" que tencionavam estabelecer tinha, nas suas bases, os modelos das repúblicas antigas porque a razão e a filosofia nelas dominavam.

Para despertar o espírito do povo para as necessárias reformas, os pensadores do século XVIII buscaram estabelecer semelhanças entre a nova

<sup>1</sup> Guizot, F. *Des moyens de gouvernement et d'opposition dans l'état de la France*. Paris: Librairie Française de Ladvoct, 1821, p. 158.

<sup>2</sup> Thierry, A. *Considérations sur l'histoire de France*. Paris: Garnier, 1833, 2 vs. *Essai sur l'histoire de la formation et des progrès du Tiers État*. Paris: Furne, 1853, 2 vs.

sociedade e o mundo antigo. Por um lado, a história da França não baseava sua existência na razão e na filosofia. Ao contrário, a formulação teórica que fundamentava suas relações durante toda a Idade Média e, em parte, o período moderno, era a teologia. Por outro lado, o povo sentia-se atraído pela originalidade que se apresentava na nova sociedade e que se mostrava distante de tudo que conheciam, tão filosófica que era.

Foram essas premissas que conduziram os espíritos franceses da Revolução a abrir mão do seu passado. Segundo Thierry, a Revolução francesa tratou de destruir seus vínculos com a história da nação. *“Tudo o que tinha produzido, na ordem política, a sucessão dos acontecimentos ocorridos na Gália desde a queda do Império romano, cessa de existir para a revolução francesa”* (Thierry, 1833:138).

Para ele, as mudanças promovidas pela Revolução alteraram a situação geral da França. Elas atingiram radicalmente não apenas os espíritos, mas também o estado das propriedades. Os bens reunidos pela Igreja durante os longos séculos da sua existência passaram para as mãos do Estado. As leis dirigidas contra os emigrados também fizeram com que seus bens fossem parcialmente confiscados.

Durante o processo revolucionário, teria havido uma grande transformação na propriedade. Praticamente metade do território francês passara das mãos das duas classes privilegiadas da nação para as da burguesia e dos camponeses. Essas mudanças alteraram também as funções públicas. Os cargos civis e militares, até então ocupados por gentis-homens, [...] foram ocupados pelos homens saídos da massa, desiguais em direitos e em condição social (Idem: 139).

Foi dentro desse quadro de mudanças profundas que se formou a nova nação francesa. Segundo Thierry, [...] vinte e cinco milhões de cidadãos viviam sob a mesma lei, o mesmo regulamento, a mesma ordem (Idem: 139). Todavia, há que se observar que esta França una e indivisível durou muito pouco. Logo, as distinções no interior do Terceiro estado se manifestaram.

Essas mudanças alteraram radicalmente o espírito dos franceses. A necessidade revolucionária de se abandonar o passado trouxe consigo o abandono dos antigos estudos, da história. Tudo se transformou e correspondeu às necessidades e às paixões do momento. Esse estado de espírito em que somente a ação dominava e tudo se transformava em questões do presente durou perto de dez anos. Após esse período de profunda perturbação social, quando foi possível aos homens um pouco de repouso e de tranquilidade, retomaram-se a reflexão, as lembranças e, principalmente, a história.

Não se tratava mais de condenar esta ou aquela tendência, como ocorrera no período revolucionário; não se tratava mesmo de destruir as tradições. Ao contrário, a necessidade que se colocava era criar interesses gerais, na medida em que se percebia nos espíritos recém-saídos da Revolução uma inclinação para as crenças individuais.

Foi nesse contexto que se colocou como questão a recuperação das tradições francesas. Era preciso dar aos homens e às instituições um sentido de unidade e de tradição. Era preciso despertar o interesse pelas questões gerais, pelas questões que ultrapassassem os limites do momento. Foi isto que levou os franceses da Restauração a se voltarem para o passado. Saliente-se: mais do que para o seu passado, voltaram-se para a história. Era a história que lhes servia de instrumento para despertar o interesse por questões mais gerais a partir de um passado e de uma tradição comuns aos indivíduos e às classes.

A Idade Média tornou-se o foco das atenções dos estudos históricos. Era preciso pesquisar as origens da nação e das classes, os povos que fundaram a França, suas lutas e organizações internas.

Para Thierry, todos os momentos que compunham o mundo medieval passaram a ser estudados, investigados. Como exemplo, temos o governo de Carlos Magno, a grande questão do movimento comunal dos séculos doze e treze, que foi colocada pela [...] primeira vez no seu verdadeiro lugar [...], o papel liberal da realeza e sua influência no desenvolvimento da classe burguesa, as íntimas relações que podem ser estabelecidas entre a história política da França e a história da Igreja ao longo da Idade Média, a importância do feudalismo para o desenvolvimento da civilização moderna. Entretanto, ressaltou o autor que as pesquisas sobre esses temas procuraram examinar os acontecimentos [...] sem exageração seja romanesca, seja filosófica [...] (Idem: 186).

A questão que estava presente nesses estudos era saber em que medida os acontecimentos, as relações contraídas entre os homens medievais, seus costumes e línguas influenciaram a formação e o desenvolvimento da civilização francesa.

Segundo Thierry, a necessidade verificada nos últimos cinquenta anos da história francesa de destruir seu passado, suas raízes, estava causando um profundo mal aos homens, porque estavam sendo destruídas suas instituições, as bases da sua existência.

Foi isso que o levou a considerar como fundamentais os documentos medievais e as revoluções da Idade Média. Seria através deles que encontraríamos o sentido das origens da nacionalidade francesa. Era preciso, portanto, [...] ver

*o fundo das coisas sob a letra das crônicas, tirar dos escritos dos beneditinos o que estes sábios homens não tinham visto, o que viram de uma maneira imparcial e incompleta, sem nada concluir deles, sem medir seu alcance.* Era nesses documentos que a história dos franceses seria encontrada. Segundo Thierry, não verificamos neles grandes análises políticas sobre suas épocas, pois lhes faltavam [...] *a compreensão e o sentimento das grandes transformações sociais* (Idem: 180-1). Todavia, o fato de se dedicarem ao estudo das leis, dos atos públicos, das fórmulas judiciais, dos contratos privados, por terem, também, conservado estes documentos aparentemente mortos, os monges conservaram a vida dessa época.

Caberia aos franceses do século XIX dar vida aos documentos da Idade Média. Tudo em função da importância política que a idéia de unidade e de história nacional exerciam sobre os espíritos envolvidos na luta pela consolidação das novas leis e instituições. Foi em virtude dessa questão que a preocupação com as origens da nação ganhou corpo entre os historiadores da Restauração.

Foi em torno da preocupação com a formação da nação francesa e da busca de uma identidade nacional que os historiadores dessa nova escola se uniram em busca do passado. Os historiadores se voltaram para o passado, mais precisamente para as origens do Terceiro estado. Na recuperação da história medieval, estava embutida a luta pela consolidação da nação fundada em 1789.

Precisamente por ser essa questão que dominava os historiadores românticos, Thierry observou que a idéia de unidade, de uma história das origens da França era algo novo. Essas inquietações não faziam parte das questões do século XVIII.

Na verdade, a diferença histórica que separava essas duas correntes historiográficas tão próximas e que as conduziu a visões distintas da Idade Média é o momento em que cada uma se colocou na luta em favor do Terceiro estado. No século XVIII, as questões estavam colocadas no plano da liberdade do indivíduo, da justiça dos indivíduos, daí a importância adquirida pelo direito romano. As questões apresentavam-se sob a forma de questões filosóficas e da necessidade de um rompimento radical com o que pudesse estar identificado com o mundo feudal.

No século XIX, as questões giravam em torno da consolidação da ordem burguesa, do intuito de se dar aos indivíduos a idéia de unidade, de governo único, enfim, de constituir realmente uma nação coesa, com leis e direitos iguais para todos. Não se tratava mais de destruir a sociedade - ou, pelo menos, suas ordens privilegiadas -, mas de formar,

consolidar uma sociedade a partir das classes que a compunham.

**Guizot.** As questões que norteavam as análises de Thierry da Idade Média são encontradas também em Guizot. A necessidade de consolidar as instituições sociais, de estabelecer a paz e a ordem entre as classes, de obter a unidade da nação, fez que Guizot se voltasse para a Idade Média. Para este, as questões relativas à Idade Média não se limitavam aos interesses de erudição e de crítica histórica. Segundo ele, [...] *a idade média é ainda, para nós, uma coisa completamente diferente do que matéria de ciência, que corresponde a interesses mais atuais, mais diretos, [...] a sentimentos mais gerais, mais vivos do que da pura curiosidade*<sup>3</sup>. Ela tinha, pois, um interesse político. Era preciso mostrar o caráter positivo e geral dessa época histórica, já que as origens da nação encontram-se aí. São essas premissas que informam sua interpretação.

Em decorrência das questões postas no século XIX, não encontramos em Guizot a condenação do mundo feudal. Ao contrário, verificamos uma preocupação em compreender suas instituições como uma época histórica, como uma forma de ser dos homens. Isto não poupa o mundo feudal, evidentemente, de uma visão crítica. Guizot observa:

*[...] o estado social da idade média foi constantemente, sobretudo na França, insuportável e odioso. Nunca o berço de uma nação lhe inspirou semelhante antipatia; nunca o regime feudal, suas instituições, seus princípios, obtiveram esta adesão irrefletida, fruto do hábito, que os povos freqüentemente deram aos piores sistemas de organização social* (Idem, v. III, 25).

Com o propósito de romper com a concepção negativa que os franceses tinham do seu passado, propõe-se estudar esse período da história. Pretende mostrar que as instituições feudais contribuíram decisivamente para o desenvolvimento da civilização.

A idéia inovadora dos autores do século XIX, particularmente de Guizot, é colocar como argumento histórico e político o fato de que as origens da nação francesa, portanto, da moderna civilização européia, remontam o período das invasões e que, fundamentalmente, sua estruturação ocorreu a partir dos laços fundados pelo feudalismo. Na verdade, a idéia de um retorno à época das invasões, com o intuito de captar as origens da nação, não é original do século XIX e dos autores da Restauração. Desde o século XVI, encontramos

<sup>3</sup> Guizot, F. *Histoire de la civilisation en France*, depuis de la chute de l'Empire Romain. Paris: Didier Émile Perrin, 1844, 4 vs., v. I, p. 25.

obras que colocam as origens da França no momento das invasões. Os movimentos de reivindicação da nobreza, por exemplo, baseam-se nas conquistas dos francos para justificar seus privilégios e sua condição de classe dominante em suas disputas com a realeza. Também na primeira metade do século XVIII, encontramos obras que se voltam ao mundo medieval, às leis feudais, para explicar as origens da França. É o caso das obras do conde de Boulainvilliers, do abade Dubos, de Montesquieu e de Mably.

A novidade dos autores do século XIX é terem retomado o estudo dessa época após a Revolução francesa. Depois das perturbações de 89, os românticos foram os primeiros - na França, ressalte-se - a recuperar essa época como um período positivo da história. Além disso, outro motivo os conduziu ao estudo da Idade Média. Foi o fato de que todas as classes da sociedade estavam buscando no mundo medieval a origem e a justificativa da sua soberania sobre as demais classes.

A diferença entre os autores da Restauração e as demais tendências do século XIX, que buscavam no passado medieval a justificativa para sua hegemonia reside no fato de que aqueles retomavam a história de todas as classes, sem exclusão de nenhuma. É verdade que retomaram focando a história do Terceiro estado.

A consolidação das leis e das instituições da nação, bem como o estabelecimento da paz entre as classes, após o período revolucionário, constitui o móvel da análise de Guizot. Por não necessitar condenar a Idade Média e nem defendê-la, Guizot não se encontrava na situação de ter que se posicionar de forma parcial diante dela. Colocava-se-lhe a necessidade de entender em que medida essa época havia contribuído para o desenvolvimento da civilização moderna e da nação francesa.

Em razão disto, Guizot não a descreve como uma espécie de idade de ouro ou como uma época de trevas, o que verificamos em outros autores. Apresenta-a como a forma social possível para os homens naquelas condições; como a forma que eles poderiam ter ou estavam prontos para ter. Sob este prisma, analisa os costumes, as leis e as instituições medievais.

Ao formarem uma nova sociedade, a partir dos escombros do mundo romano, os povos germânicos imprimiram seu caráter, sua idéia de independência. Ao mesmo tempo, a facilidade da sujeição, a idéia de movimento e de mudança estavam presentes nos seus espíritos.

Pelo fato de se tratar de uma época inconstante, onde quem era livre num dia poderia não o ser no

seguinte, onde os homens agiam segundo sua vontade, segundo suas forças, foi que Guizot ressalta que existia, no mundo medieval, um profundo instinto de liberdade. Embora essa liberdade fosse mediada pela força, permitia aos homens uma grande mobilidade e diversidade de interesses. Na verdade, salienta que esse espírito de liberdade e de independência que dominava na civilização tinha seu vínculo ou origem no mundo medieval, no homem bárbaro. Por isso observa que a idéia de independência e de sociedade diversificada eram frutos “naturais” do estágio em que a sociedade medieval se encontrava.

Não constituía problema o fato dos homens medievais serem livres, de não terem nenhum laço, nenhuma instituição externa às suas relações pessoais. Ao contrário, essa era a forma de ser dessa sociedade. Esse era o caráter das suas relações as quais se faziam por meio de subordinação individual; as bases dessas relações era a ligação *do homem ao homem, a fidelidade do indivíduo ao indivíduo* (Idem, v. III, 58). Observa ainda que essa característica não existia no mundo romano. Nesse, as relações dos indivíduos estavam vinculadas às cidades, não existia o crivo do domínio pessoal.

Ao ressaltar que os princípios gerais dominantes da civilização moderna, como os da liberdade e individualidade, tiveram suas origens no mundo medieval, Guizot destaca que a civilização moderna era herdeira direta do mundo medieval. Ao apontar para esses vínculos, afasta-se da *intransigência* para com a feudalidade que constatamos nos textos do século XVIII. O homem medieval e suas instituições foram elementos importantes no processo de formação da civilização. A fidelidade, a espontaneidade e a liberdade eram consideradas características inerentes ao homem medieval. Guizot aprecia e destaca sempre esse elemento positivo.

Foi sob esse prisma que Guizot descreveu as transformações que levaram este mundo errante e variável a sedimentar-se e formar lentamente outro, com base na rotina, na fixação de um local para a habitação da família, em um certo distanciamento dos bandos errantes. Aos poucos, os chefes guerreiros foram se estabelecendo apenas com aqueles companheiros mais próximos, com seus servidores.

No momento em que os bandos errantes começaram a sentir a necessidade de fixar-se em algum lugar, em deixar uma propriedade para os seus filhos, isto significa que algo novo estava conduzindo os espíritos dos homens. Esse novo era precisamente o feudalismo.

Guizot nos transmite sempre a idéia de movimento, de mudança. Ao mencionar que tudo estava se transformando em feudo, adverte que este era o *único estado social possível* que poderia ter se estabelecido quando as invasões cessaram. Acrescenta que, justamente por isso, atingia a todos, assumia a forma universal. *Em toda parte onde cessou a barbárie, tudo tomou a forma feudal*. Prosseguindo, observa que, no momento em que as relações estavam assumindo a forma feudal, reinava a anarquia, o caos; tudo estava isolado. A sensação era que a sociedade tinha se *desconjuntado*. Em seu lugar, nascia uma *multidão de pequenas sociedades obscuras, isoladas, incoerentes* (Idem, v. III, 91-2). Nesse momento, quem olhasse para a sociedade teria a impressão de que tudo era e tudo conduzia para a dissolução. Os homens da época revelavam receio de uma destruição geral. Mas o historiador não deve ver apenas o caos. Do seio desse estava nascendo uma nova sociedade.

É o temor do caos a que poderiam conduzir as lutas travadas em sua época que informa a análise de Guizot da Idade Média. Esse autor não se identificava com as forças radicais em luta. Não se posicionava ao lado dos que desejavam um retorno ao passado nem ao lado dos que desejavam aprofundar as conquistas da Revolução. Estava empenhado na consolidação das novas relações sociais, o que não poderia ser obtido por essas duas tendências. Por isso, apresenta o passado feudal exatamente como *passado*, como uma época para a qual não se poderia retornar. Tinha sido uma etapa - importantíssima, diga-se de passagem - para a constituição da moderna sociedade, mas que esgotara suas virtualidades. Valoriza-o, reconhecendo sua importância, opondo-se aos partidários da Revolução, mas não desejava o seu retorno.

### O século XVIII e a Idade Média

Se autores do século XIX, em especial Guizot, puderam apresentar o período feudal como um dado momento do desenvolvimento dos homens, isso não significa que sua concepção não tenha um comprometimento político. Essa e a dos demais autores encontram-se estreitamente vinculadas à situação política do início do século XIX e ao posicionamento que adotaram diante dessa situação. Isto implica que não podemos exigir dos autores do século XVIII idêntica compreensão dessa época. Nesse século, os homens enfrentavam outras questões.

O propósito dos escritos da segunda metade do século XVIII era tudo abolir, lançar por terra qualquer lembrança da Idade Média. O ódio, a

aversão à Idade Média caracterizavam o posicionamento e as obras, principalmente dos iluministas, desse período.

O fato de os autores do século XVIII combaterem a Idade Média não significa que estavam condenando a história ou que a concebiam de forma moralista ou preconceituosa. Suas análises expressavam seu empenho no estabelecimento das novas relações sociais. Era necessário uma concepção que apresentasse a Idade Média como o reino da opressão, da tirania e do obscurantismo. Afinal, as instituições feudais eram uma realidade - e uma realidade que estorvava. Sua destruição era uma exigência para o livre curso do novo modo de ser dos homens.

Ao compararmos a análise da Idade Média da segunda metade do século XVIII com a do início do século XIX e, principalmente, ao entendermos as motivações políticas que davam sustentação a um e a outro, percebemos que, apesar de diametralmente divergentes, não devemos apresentar uma análise como superior ou preferível à outra. Ambas são produto da história, o que nos fornece, igualmente, a possibilidade de apresentar uma dada concepção de Idade Média, mais do que como uma maneira de ser da Idade Média, como uma concepção da própria história. Rompemos, assim, com duas posturas teóricas dogmáticas. A primeira, que julga existir uma maneira "científica" de entender a Idade Média. A segunda, que acredita existir uma forma "correta" de ser do homem e, por conseguinte, apresenta o processo histórico como etapas que, em última análise, levariam a sociedade a atingir essa forma.

Além disso, ainda que os autores setecentistas sejam extremamente críticos com relação ao feudalismo, rejeitando mesmo como absurdas suas instituições, isso não nos impede de utilizá-los para o entendimento das suas motivações políticas. Eles próprios nos permitem, através das suas críticas às instituições feudais, apreender as diferenças históricas entre suas lutas e as lutas dos autores do início do século XIX. Permitem-nos vincular essas lutas às respectivas concepções acerca da Idade Média.

Faremos, primeiramente, uma análise das críticas à situação da França em geral - século XVIII - e, em seguida, em função do próprio acirramento dos conflitos, examinaremos as críticas que Voltaire e Beaumarchais fizeram às instituições de origem feudal.

**Montesquieu.** As *Cartas persas*<sup>4</sup> de Montesquieu são fundamentais para a análise da situação da França dos

<sup>4</sup> Montesquieu, *Cartas Persas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1960.

primórdios do século XVIII. Acima de tudo, constituem um estudo profundo da sociedade francesa desse período.

Através da correspondência que um personagem fictício, de origem persa, que visitava a França, trocava com um amigo que ficara na Pérsia, Montesquieu faz duras críticas à sociedade. Não perdoa nenhuma das categorias sociais. Ataca a Igreja, os poetas, as mulheres, a nobreza e assim por diante.

Em uma carta de 1713, observa criticamente que cada uma das três classes ou estados que formavam o alto escalão encarava as demais com um profundo desprezo.

*Na França há três espécies de estados: a Igreja, a espada e a toga. Cada um deles dedica um soberano desprezo aos outros dois; e assim, o que deveria ser desprezado por ser um parvo, muitas vezes só o é por ser togado.*

*Até os mais ínfimos artífices contendem acerca da excelência da arte que escolheram; cada um se sobrepõe ao que abraçou outra profissão, segundo a idéia que para si formou da superioridade da sua* (Idem: 92).

Em outra carta (nº C16), de 1718, ao discutir a questão do aumento da população, Montesquieu foi tão ferino em relação ao celibato que a Igreja Cristã impunha aos seus sacerdotes quanto mais tarde o foi Voltaire. No seu entender, ao impedir o aumento da população, o celibato atingia diretamente todos os ramos da sociedade. Impedia o desenvolvimento da agricultura, obstaculizava o comércio e prejudicava a indústria. Ao retirar os homens da produção para aprenderem cinco ou seis palavras de uma língua morta, contribuía para diminuir a riqueza da sociedade.

Montesquieu observou que o celibato não era apenas um grande mal ao indivíduo como também para a sociedade. As casas religiosas constituíam-se em sorvedouros de homens não somente porque os impedia de aumentar a população mas também porque canalizava grande parte dos recursos da nação para os sustentar. Segundo esse autor, *cada casa religiosa apresenta uma família imortal, onde ninguém nasce, e que se mantém as custas de todas as demais* (Idem: 207).

Prosseguindo em sua crítica, assinala que a religião em geral não era prejudicial aos homens. Considera a católica prejudicial. Inclusive, compara as condições em que se encontrava a produção em um país católico com as condições da produção de um país protestante. Nota que, entre os católicos, a maior parte dos bens do Estado estava nas mãos da Igreja. Isso era um empecilho para as riquezas

circularem. A riqueza nas mãos da Igreja não ativava a produção, não estimulava o comércio. A agricultura estava abandonada. Prejudicava a indústria. Nesses países, além da produção estar prejudicada, os homens estavam desacostumados ao trabalho. Em função das próprias condições sociais, os indivíduos preferiam dedicar-se ao aprendizado de algumas palavras da “língua morta” do que trabalhar para sobreviver. Como coloca, quando um homem conseguia este pecúlio [...] *já se pode deitar e dormir quanto a fazer cabedal, que dentro de um claustro acha uma vida sossegada, que, no século, lhe teria custado suores e fadigas* (Idem, 208).

Ao criticar a religião cristã e defender o protestantismo, esse autor defendia não um determinado credo, mas a liberdade para as atividades que poderiam proporcionar o desenvolvimento da nação francesa.

Se nas *Cartas Persas* encontramos a descrição da França do início do século XVIII como uma nação sem liberdade e com muita miséria, com uma crítica ferina às suas classes e instituições, no livro *Do espírito das leis*<sup>5</sup>, sua obra mais conhecida e editada, Montesquieu dedica-se a tratar das leis sociais que dominavam os homens. Em um dos seus livros, trata das leis feudais e das duas tendências teóricas então existentes que explicavam as origens da nação francesa a partir da herança medieval, quais sejam, a de Boulainvilliers e a de Dubos. O primeiro justificava a soberania da nobreza e o segundo, da realeza.

Essas duas tendências teóricas dominavam na França no início do século XVIII. A partir delas, Montesquieu propõe-se a discutir as leis feudais. Sua intenção é mostrar que nenhum sistema histórico deveria inclinar-se mais para um lado do que para outro. Antes, deveria haver um equilíbrio entre eles.

Em razão desse equilíbrio, analisa as leis feudais de uma perspectiva histórica, sem tomar, em tese, partido pela nobreza ou pelo Terceiro estado. Somos, todavia, obrigados a considerar as observações de Thierry. Segundo esse, embora Montesquieu tivesse se proposto a estudar as leis feudais sem se inclinar para nenhuma das duas teorias que explicavam as origens da nação, acabou por se inclinar pelo sistema de Boulainvilliers.

Essa inclinação não constitui um problema. Ao contrário, por ser a nobreza a classe dominante do mundo feudal, era “natural” que a sociedade possuísse, na sua essência, o perfil dessa classe. Em última instância, Montesquieu analisa as leis de um

<sup>5</sup> Montesquieu, *Do Espírito das Leis*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

do período histórico. Isto é o que nos interessa. Ao colocar as questões dos duelos, da lei da primogenitura, da honra de guerra, permite-nos entender os mecanismos dessa sociedade, seus valores morais, a forma de ser desses homens.

Ao tratar dessa sociedade, Montesquieu não retrata apenas seus aspectos progressistas. Também aborda aqueles que poderíamos julgar nocivos ao desenvolvimento da sociedade. Entretanto, mesmo sob este aspecto, seu estudo não possui uma forma que poderíamos considerar preconceituosa. Por exemplo, ao mostrar o caráter extremamente violento dos reis bárbaros, destaca o fato de que toda a sociedade era violenta. Aceitava, por isso, que seus reis também o fossem.

A violência e a força eram os elementos fundantes das relações bárbaras. Tudo era feito e resolvido pela violência. As leis eram ditadas e desacreditadas de acordo com os interesses dos reis. Não havia nenhuma instituição, nenhuma lei, que mediasse essa violência. Montesquieu chamou a atenção para o fato de que o próprio cristianismo havia conseguido estabelecer um pouco de paz e de trégua através da violência, pelo temor que incutia nos homens a idéia de salvação ou de punição. A violência era a forma de ser desses homens.

Ao tratar da lei de primogenitura, observa que essa lei surgiu no momento em que os feudos se formaram. Ressalta que não fazia parte dos costumes bárbaros. Apenas mais tarde passou a vigorar entre os francos.

Ao tratar da lei de primogenitura e dos feudos, Montesquieu refuta a teoria de Boulainvilliers que afirmava que desde as primeiras invasões a nobreza já existia e tudo tinha sido dado na forma de feudo. Sua análise mostra o contrário. Os feudos e a lei de primogenitura foram instituídos na sociedade a partir de certo grau de desenvolvimento, quando foi possível aos espíritos uma certa estabilidade, certa paz. Em última instância, sua intenção era mostrar que a nobreza não existiu desde sempre na França, mas se constituiu com os feudos.

Esse mesmo propósito levou-o a mostrar que a realeza da primeira raça, que denominou “reis homicidas”, não tinha ligação direta com a realeza que se formou com o desenvolvimento do sistema feudal. Aqueles primeiros reis eram antes chefes guerreiros do que propriamente reis, isto é, que reinavam sobre a nobreza. Com isso, pretende refutar a teoria do abade Dubos, para quem a realeza tinha existido desde as invasões e era quem havia formado a nação francesa.

O estudo de Montesquieu das origens da nação francesa tem o caráter político de refutar essas duas

teorias que dominavam a França no início do século XVIII. Sua concepção combate a tese de que uma dessas duas classes teve primazia na formação da nação. Estavam em germe no momento das invasões, mas não estavam constituídas. Isso somente veio a ocorrer com o estabelecimento do feudalismo.

Analisamos essas duas obras em função da comparação que estamos fazendo entre a forma como o século XVIII e o século XIX conceberam a Idade Média.

Nas *Cartas Persas*, Montesquieu fez uma profunda crítica à situação em que se encontrava a França, seja em relação à produção, seja em relação às classes. Procuramos mostrar que nenhum setor da sociedade foi poupado. Suas críticas à sociedade do século XVIII assumiram características idênticas às que encontramos nos autores do final desse século.

Na obra *Do espírito das leis*, não encontramos de forma incisiva a crítica à sociedade do século XVIII. Ao tratar das origens das leis feudais, portanto, das origens da nação, Montesquieu referiu-se à forma como foi gerada, como os costumes se transformaram em leis. Não encontramos, no entanto, semelhanças entre sua análise e as concepções formuladas pelos iluministas. Ao contrário, há uma grande diferença entre a forma como tratou as instituições medievais no início do século e a maneira como esses as colocaram na segunda metade do século XVIII. Essa diferença deve-se ao agravamento dos conflitos das relações sociais na França.

**Beaumarchais.** Se nas *Cartas persas*, obra do início do século XVIII, a crítica de Montesquieu incidia sobre a falta de liberdade, sobre a religião, sobre a lei de primogenitura, enfim, sobre as instituições que, ao seu ver, estavam criando obstáculos ao livre desenvolvimento da França, na peça de teatro *As bodas de Fígaro*<sup>6</sup>, encenada pela primeira vez em 1784, a nobreza é ridicularizada, apresentada como uma classe cuja marca distintiva é a inutilidade. Ainda que Beaumarchais não o tivesse afirmado e, talvez, muito menos pretendesse fazê-lo, o fato é que a conclusão que se podia chegar era que se tratava de uma classe dispensável.

Nessa peça, a crítica à nobreza tem como elemento desencadeador o direito da pernada. Esse era um antigo direito que o senhor feudal tinha de passar a noite de núpcias com as donzelas do seu domínio quando essas se casavam. Este direito “natural” encontrava-se em desuso no século XVIII,

---

<sup>6</sup> Beaumarchais, *As bodas de Fígaro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

tinha sido substituído pelo ato simbólico do senhor passar as pernas sobre o leito nupcial de seus servidores.

A sátira reside no fato de um senhor pretender recuperar esse “direito” por ocasião do casamento de Fígaro. Embora seja uma obra satírica, encontramos, entremeados às confusões e aos desencontros, momentos em que seu autor atinge de forma fulminante a nobreza nos mais variados aspectos.

Para a nova sociedade, o nascimento, a origem, o sangue já não eram mais elementos vitais, e sim a força de vontade, o espírito inovador, o talento. Contrapõe, por isso, o talento ao direito de nascimento. Essa contraposição constitui a tônica desse período. Era o talento que caracterizava a nova época. Eram as qualidades individuais, não as de casta, que constituíam o fundamento da nova sociedade.

Se até então a origem, o sangue tinham sido fundamentais para os homens, se estes definiam a condição do indivíduo, caracterizando uma época histórica, a partir da segunda metade do século XVIII, preocupar-se com essas questões, aceitar esses valores significava estar comprometido com a antiga forma da sociedade.

A partir dessa época, o que se reivindicava era que a linhagem não deveria mais determinar o lugar que os homens deveriam ocupar na sociedade, mas o espírito, a inteligência, a vontade, o talento, enfim, eram as qualidades pessoais que deveriam ser as marcas distintivas.

*Pela sorte do nascimento*

*Um nasce rei, e outro pastor;*

*O acaso determina o distanciamento*

*Só a inteligência pode mudar seu valor* (Idem, 208).

Todavia, se em Beaumarchais verificamos uma crítica à nobreza e aos privilégios feudais por meio da ironia, da utilização do ridículo, em Voltaire percebemos uma mudança significativa. Talvez devido à própria radicalização do conflito entre a nobreza e o Terceiro estado, talvez pelo próprio estilo de Voltaire, o fato é que a crítica torna-se ferina.

**Voltaire.** Voltaire foi um dos mais expressivos defensores da nova época histórica que estava emergindo. Exatamente por isso, sua crítica às antigas leis sociais adquire um elevado grau de radicalidade.

Para ele, as instituições feudais não eram somente obstáculos que precisavam ser superados: eram inimigas da humanidade. Precisavam, por isso, ser destruídas. O direito de conquista, que então justificava a divisão da sociedade entre privilegiados -

os antigos conquistadores - e os comuns - os que tinham sido conquistados -, assume uma nova feição. Os conquistadores passaram a ser caracterizados como aves de rapina, como tiranos.

O combate à Idade Média aparece com toda a clareza. Note-se que Voltaire contrapõe a nobreza ao povo. É preciso observar que, para ele, e também para essa época, o povo era constituído por todos os trabalhadores, comerciantes, manufatores, camponeses, por todos os que não pertenciam aos estados privilegiados. Prossegue traçando mais um paralelo entre os privilegiados e o Terceiro estado, aprofundando a diferença entre eles. Enquanto os privilegiados guerreavam entre si, a fim de ver quem ficaria com os despojos do povo, este, apesar de ser a parte mais numerosa e respeitável da sociedade, era visto “como animais inferiores.”

O domínio das leis e dos costumes feudais era tão grande na França no século XVIII que influenciava negativamente o comércio e todas as demais atividades ligadas às novas relações sociais.

A manutenção das instituições feudais tornara-se um fardo para os homens comprometidos com as novas atividades. Conservavam-se ainda, no século XVIII, leis que tinham sido vitais em um dado período histórico, na medida em que tornaram possível a preservação dos homens em uma época onde predominava a anarquia e o saque. A lei da primogenitura e o morgadio encontram-se as estas instituições que permitiram a organização da sociedade.

No século XVIII, essas instituições, leis e costumes haviam perdido sua vitalidade, deixando de ser essenciais para a existência dos homens. Tinham-se criado novas condições que prescindiam do poder da força como elemento de organização social.

Como as leis feudais tinham perdido sua razão de ser, sua manutenção havia-se tornado incompreensível para os cidadãos: *Cem vezes fui tentado a atear fogo ao convento e fazer-me turco. Meus pais me obrigaram, na idade de Quinze anos, a tomar este detestado hábito, para deixar maior fortuna a um maldito primogênito que Deus confunda! A inveja, a discórdia, o rancor habitam no convento* (Voltaire, 1979:217).

Se a permanência da lei da primogenitura incomodava e empobrecia setores proprietários da sociedade, obrigando-os à clausura, não era diferente a situação dos camponeses franceses submetidos a toda sorte de encargos feudais, em pleno século XVIII.

Provavelmente, de todas as instituições pertencentes ao mundo feudal, nenhuma atraiu maior ódio dos autores do século XVIII do que a Igreja Católica. Não somente a filosofia tornou-se

materialista para atingir o coração da religião, como se escreveram romances criticando a Igreja e a religião.

Desse modo, a maneira como o século XVIII interpreta a Igreja tem sua explicação. Esta tem suas raízes no embate que então se travava contra a feudalidade. De tal forma a constituição da sociedade feudal, a consolidação e a institucionalização da religião se confundiam que cada uma sofreu as vicissitudes da outra. Foi para atingir a sociedade feudal em seu âmago que se atacou a antiga religião, comprometida com o mundo medieval. Foi através do ataque à religião que os ilustrados do século XVIII atacaram o despotismo feudal e absolutista. Nessa ocasião, portanto, a crítica à Igreja Católica era um dos elementos da luta geral contra a feudalidade.

Ao combater a religião, os filósofos da Revolução combatiam, de um lado, o que lembrava o passado e, de outro, a base teórica da antiga sociedade, já que, como observou Tocqueville, a Igreja era o primeiro dos poderes políticos. Na verdade, a questão que se colocava para o século XVIII era a separação entre o poder civil e o clerical. Todavia, para os revolucionários, essa separação teria que ocorrer a partir da destruição da Igreja enquanto instituição política.

Tocqueville destaca outra razão para o profundo ataque dos filósofos à Igreja. Segundo ele, os demais poderes políticos somente se faziam sentir de vez em quando. A Igreja, por sua vez, era a parte do governo que estava mais próxima porque estava [...] encarregada de fiscalizar os trâmites do pensamento e censurar os escritos, incomodava-os diretamente (Tocqueville, 1979:75-6). Ao lutarem pela liberdade geral dos espíritos, os filósofos lutavam, em última instância, em causa própria. No entanto, essa luta assumiu a forma geral porque libertava todos do domínio da Igreja.

Embora a Igreja tenha sido a instituição de origem medieval mais criticada e visada pelos iluministas, as demais que também tiveram sua origem nessa época e que ainda existiam na França do século XVIII foram igualmente condenadas por estarem impedindo o livre curso da nova sociedade.

Eis, pois, a situação em que se encontravam os homens na França. Desde os comerciantes até os camponeses, todos estavam submetidos às instituições feudais, ou melhor dito, ao que delas tinha sobrado.

Foram essas situações históricas distintas que fizeram com que os autores do século XVIII viessem a condenar as instituições medievais e os autores do século XIX procurassem apontar seus aspectos positivos. Para os primeiros, destruir as tradições, o passado e, com ele, a Igreja, era condição para o desenvolvimento da civilização. Para os segundos, passava-se o inverso. A recuperação das origens das classes, das tradições da nação e, com elas, do papel civilizador da Igreja cristã, era o único caminho possível para consolidar o Estado formado pela Revolução. Dito de outro modo, prosseguir com a civilização.

Reconhecer a razão de ser de cada uma das visões significa reconhecer sua validade histórica. Ainda que opostas, ambas proporcionam ao estudioso da Idade Média elementos para sua compreensão histórica.

### Referências bibliográficas

- Beaumarchais. *As bodas de figaro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- Guizot, F. *Des moyens de gouvernement et d'opposition dans l'état actuel de la France*. Paris: Librairie Française de Ladvocat, 1821.
- Guizot, F. *Histoire de la civilisation en France, depuis de la chute de l'Empire Romain*. Paris: Didier Émile Perrin, 1884, 4v.
- Montesquieu. *Cartas persas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1960.
- Montesquieu. *Do Espírito das leis*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- Thierry. *Considérations sur l'histoire de France*. Paris: Garnier, 1833, 2v.
- Thierry. *Essai sur l'histoire de la formation et des progrès du Tier État*. Paris: Furne, 1853, 2 v.
- Tocqueville, A. *O antigo regime e a revolução*. Brasília: UnB, 1979.
- Voltaire. *Contos*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

Received on November 26, 1998.

Accepted on February 23, 1999.